

ELETROBRAS \ ELETROSUL

PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES SÃO ENTREGUES À ELETROBRAS E ELETROSUL



No dia 24 de abril a FNU/CNE entregou à Eletrobras a pauta de reivindicações nacional visando o ACT 2012/2013, conforme já divulgado em boletim da FNU. Da mesma forma, será entregue à Eletrosul pelos sindicatos integrantes da Intersul a pauta de reivindicações específica. A reunião acontece na sede da empresa, nesta sexta-feira, dia 27, às 09 horas, quando os dirigentes sindicais, além de apresentar todos os itens da pauta, transmitirão à diretoria da Eletrosul

a grande expectativa gerada para o acordo coletivo deste ano, considerando o enorme descontentamento dos empregados(as) causado pelos sucessivos atos discriminatórios praticados pelas diretorias das empresas, como a negativa em estender o aumento de 1,5% da negociação passada a todos os trabalhadores(as), a nova política de operação da Eletrosul, e a jornada de 7h30 - conforme praticada na maioria das empresas do Grupo Eletrobras, e que a Eletrosul insiste

em não implementar. Todos estes fatos interferem de maneira muito negativa no clima entre os trabalhadores(as), provocando muita insatisfação e frustração. Por outro lado, os sindicatos representativos da categoria manterão sua disposição de luta e estarão junto aos trabalhadores(as) para as ações e encaminhamentos da campanha que se fizerem necessários, pois como afirma o mote da data base deste ano: **A ENERGIA DO BRASIL ESTÁ EM NOSSAS MÃOS.**

Termo de pactuação da PLR com Eletrosul na reta final

A Eletrobras tem divulgado em jornais de circulação nacional e em revistas econômicas que registrou um lucro líquido de R\$ 3,733 bilhões em 2011, 66,1% superior ao resultado do ano anterior. Segundo a Eletrobras, a proposta de distribuição da remuneração aos acionistas foi elevada para 50% do lucro líquido ajustado do exercício.

A intenção da Eletrobras de distribuir 50% do lucro somado ao pagamento de dividendos atrasados aos sócios minoritários dá cobertura suficiente para o pagamento de duas folhas a título de PLR - participação nos lucros e resultados aos trabalhadores e trabalhadoras de todas as empresas. Na visão dos sindicatos que compõem a Intersul, nenhuma empresa poderá alegar dificuldade no momento de repartir com os trabalhadores o resultado do seu próprio trabalho. O termo nacional de pactuação da PLR ainda não está assinado com a Eletrobras e o assunto foi pauta de reunião com as empresas por ocasião da entrega da pauta nacional no Rio de Janeiro, dia 24 de abril. Os desdobramentos da reunião ainda não eram conhecidos no fechamento desta edição do jornal. Maiores informações serão divulgadas nas próximas edições.

A Eletrosul apresentou aos sindicatos que compõem a Intersul, em reunião dia 12 de abril, a sua proposta final de termo específico de pactuação da PLR - participação nos lucros e resultados a ser paga em 2012 para os empregados da Eletrosul. Segundo a empresa as metas da Eletrosul foram atingidas. Os termos do acordo não contêm modificações em relação aos acordos assinados em anos anteriores. As assembleias para apreciação e deliberação da categoria estão sendo encaminhadas pelos sindicatos da Intersul. A data da AGO - Assembleia Geral dos Acionistas da Eletrosul, cuja realização é condicionante para o pagamento da PLR foi marcada recentemente para o dia 30 de abril de 2012.

Se por um lado, os lucros e dividendos crescem ano a ano, de outro,

a fatia que cabe aos trabalhadores permanece inalterada no que diz respeito ao montante de duas folhas, ainda assim, sempre vinculada ao atingimento das metas. A cada ano, quando se inicia a negociação dos termos de pactuação da PLR com as empresas do Grupo Eletrobras, as empresas alegam a necessidade de alteração no formato de PLR, no entanto, nenhuma das alterações pretendidas pelas empresas tem por objetivo fazer justiça à participação dos trabalhadores na distribuição do lucro.

Ao que parece, a "Nova Eletrobras" está ficando cada vez melhor para os gostos do "mercado", dos acionistas, enquanto que para os trabalhadores ficam a truculência nas relações e o descumprimento de acordos firmados, como tem acontecido em relação a não aplicação do aumento de 1,5% aos trabalhadores que não aderiram ao PCR, acordada na data base passada em documento ainda não assinado até hoje em função da alteração de redação apresentada pela Eletrobras no momento da assinatura. Outro exemplo de truculência e descumprimento de acordo coletivo de trabalho é a Política de Operação da Eletrosul, implantando alterações nas condições de trabalho e na sua forma de realização, sem que as entidades representativas dos trabalhadores sejam chamadas para discutirem estas alterações, conforme está previsto na cláusula de inovações tecnológicas.

Os sindicatos que integram a Intersul consideram que, nesta reta final da discussão da PLR, justamente no momento em que se inicia uma nova data base, é muito importante uma reflexão por parte dos trabalhadores e trabalhadoras, sobre qual papel exerceremos neste, e em outros processos de negociação e de luta que certamente virão. Qual é a fatia que nos caberá, do ponto de vista da parcela que almejamos nos resultados do nosso trabalho, e do ponto de vista de qual será nossa participação efetiva nas lutas e nos encaminhamentos necessários para a conquista dos avanços que esperamos.



Déficit estrutural no Plano BD da ELOS

Os sindicatos que compõem a Intersul receberam de membros da Diretoria da Fundação ELOS, informações de que foi verificado um déficit atuarial no plano BD da fundação. A Intersul já encaminhou no dia 19/01/2012 correspondência para a Eletrosul solicitando informações a respeito bem como quais as providências tomadas pela patrocinadora no sentido de solucionar este déficit. A Eletrosul até o momento não respondeu a correspondência, razão pela qual os sindicatos que compõem a Intersul voltaram a questionar a Diretoria da empresa, em reunião ocorrida na sede, no dia 12 de abril.

De acordo com o Diretor Administrativo da Eletrosul, o déficit foi informado à Eletrosul pela Fundação ELOS. O montante está no limiar de

10,2% das reservas patrimoniais, o que pelas regras estabelecidas estatutariamente ensejam uma solução para o déficit apontado ainda no decorrer do exercício fiscal. A proposta de solução ainda não foi apresentada pela Diretoria da Eletrosul.

A posição externada pelos sindicatos da Intersul na reunião com a patrocinadora foi muito clara e objetiva. Para os sindicatos, o déficit atuarial é decorrente de eventos alheios à administração da Fundação ELOS. Uma das motivações do déficit certamente foi a instituição do plano CD, por iniciativa da Eletrosul e que transferiu reservas do plano BD para o plano CD. Desta forma, não há outro responsável a não ser a patrocinadora, pois se trata de um déficit estrutural cuja solução tem de ser dada

pela patrocinadora. Neste sentido, os sindicatos que compõem a Intersul solicitaram que, urgentemente, a Diretoria da Eletrosul apresente uma proposta de solução para o déficit junto à Fundação ELOS.

Estamos aguardando a resposta à nossa correspondência enviada, bem como estamos atentos ao desenrolar desta situação, visto que estamos tratando da segurança das aposentadorias dos trabalhadores vinculados à Fundação ELOS.

Não podemos descuidar da garantia de uma vida digna depois de anos de trabalho e dedicação e não permitiremos que a responsabilidade sobre problemas gerados pela ação da patrocinadora recaia sobre os participantes da fundação.

CELESC

Extensão do piso dos Advogados é bandeira da Intercel

A Intercel tentou ao longo do último ano por diversas oportunidades resolver administrativamente o problema criado pela Presidência da Celesc ao beneficiar somente uma categoria com a criação de um piso de forma segregatória, que desrespeita o PCS vigente aprovado

pelos trabalhadores. Todos os prazos foram esgotados e a empresa nada fez para resolver esse problema. Na próxima semana estaremos juntando toda a documentação necessária para a conclusão de uma análise jurídica e posterior ação judicial.

SETOR ELÉTRICO

O Brasil precisa de um novo modelo energético

Como resultado da articulação construída pela Plataforma Operária e Camponesa para a Energia, aconteceu em Brasília o Seminário Nacional sobre o modelo energético: atualidade e perspectiva. A atividade foi organizada pela Plataforma em conjunto com a Secretaria Geral da Presidência da República e reuniu cerca de 200 lideranças de movimentos sociais, sindicais, políticos e religiosos no Palácio do Planalto, nos dias 19 e 20 de abril. “A atividade é resultado de todo debate feito pela Plataforma, e levado como reivindicação na mesa de negociações entre a Plataforma e o governo, no esforço para que o debate sobre a política energética aconteça de forma mais ampla possível entre os trabalhadores, e não fique restrito aos grupos e empresas ligadas ao setor energético, das grandes indústrias e do mercado financeiro”, afirma Joceli Andrioli, da coordenação nacional do MAB e da Plataforma. Durante o encontro, os movimentos sociais e entidades de trabalhadores pautaram a necessidade de construir um novo modelo energético, determinado pelas necessidades do povo brasileiro e não do capital, como ocorre hoje. “O desenvolvimento deve levar em consideração não só o aspecto econômico, mas também o social e o ambiental, e não é esse quadro que temos hoje”, afirmou Dom Guilherme Werlang, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na mesa de abertura da atividade.

Os movimentos fizeram questão de frisar que a questão do modelo não diz respeito somente à maneira de gerar energia, ou seja, se vai ser através de hidrelétricas, de termelétricas ou de outras fontes. O questionamento, que o MAB vem fazendo historicamente, é para quem e para quê serve essa energia. “Se nós produzimos energia tão barata, por que pagamos tão caro? Quem ganha com esse modelo não são os trabalhadores, mas o capital financeiro especulativo”, afirmou Joceli.

Pela renovação das concessões e contra a precarização do trabalho

Uma das questões defendidas pela Plataforma é a renovação das concessões do setor elétrico, entendida como uma forma de combater o avanço da privatização, pois a maior parte dos contratos que estão vencendo está nas mãos das estatais. “Os trabalhadores do setor defendem a renovação imediata e o fortalecimento das empresas estatais” afirmou Franklin Moreira, da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

Outro ponto trazido pelos eletricitários é a questão da terceirização, que precariza o trabalho no setor, mutilando e acabando com a vida de muitos trabalhadores. Na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), por exemplo, morre um trabalhador terceirizado a cada 45 dias.

Os trabalhadores também fizeram questão de frisar que reconhecem a importância da criação do espaço de debate e interlocução com o governo, mas querem, além disso, participar de fato das decisões sobre os rumos do setor energético do país. “Um setor estratégico para a soberania e imprescindível para o desenvolvimento econômico e social do Brasil”, como afirma Sérgio Vieira da Fonseca, um dos representantes do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis na Plataforma. Do governo, participaram da atividade os ministérios ligados ao tema, como Minas e Energia e Meio Ambiente, além da Secretaria Geral da Presidência, pasta responsável por construir o diálogo do governo com os movimentos sociais. Participaram também diretores das estatais do setor energético e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Petróleo (ANP). Destaca-se a participação de dirigentes sindicais vinculados a Intersul e a Intercel e também dos conselheiros eleitos nas empresas do grupo Eletrobras e da Celesc.

Participam da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU/CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação Única dos Petroleiros (FUP), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e os sindicatos Sinergia (Florianópolis), Sindieletrô (Minas Gerais) e Senge (Curitiba).



Conclusão da Ação Civil Pública sobre saúde e segurança está marcada para dia 10 de maio

O juiz Marcel Higuchi Viega dos Santos, da 12ª vara do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Florianópolis, determinou o adiamento do encerramento da ação movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) contra Celesc S.A para o dia 10 de maio. O magistrado entendeu necessária a prorrogação, tendo em vista que o perito técnico ainda não respondeu ao pedido de impugnação do relatório processual pela ré.

A declaração de transferência foi dada no dia 28 de março, em audiência judicial, na qual estiveram presentes os sindicatos que compõem a Intercel, Celesc e MPT. Na ocasião, a advogada de defesa, Miriane Heidrich, declarou que empresa propôs ao sindicato que fosse elaborado um programa de prevenção e de segurança contra acidentes no trabalho em conjunto com as partes. A Intercel concordou em elaborar a proposta.

Cabe, agora, aos envolvidos, elaborarem uma proposta de projeto rigorosa, que inclua os trabalhadores do quadro da empresa e os terceirizados. O Diretor do Sinergia, Rinaldo Irineu de Souza, apresentou firmeza ao dizer que a entidade não será flexível com a questão. “Como a sugestão veio da empresa, eles deverão, praticamente, acatar as solicitações que virão dos trabalhadores”, exclamou.

A aparente receptividade por parte da empresa, contudo, não a afasta de uma sanção pecuniária. O Procurador-chefe do MPT, Acir Alfredo Hack, esclarece que a multa é uma forma de pressionar a empresa a se mobilizar, fazendo com que a ação se resolva de forma mais célere. “Se a empresa não agir e, por consequência, levar a multa, o administrador pode ser enquadrado na lei de improbidade administrativa por ter negligenciado a legislação”, elucida.

Para a Intercel, os problemas não serão resolvidos simplesmente com a aplicação da multa, por isso, a entidade defende a criação e aplicação de um projeto que promova mudanças significativas, inclusive na gestão da Celesc.

Dando continuidade ao processo, os sindicatos que compõem a Intercel farão uma reunião nos dias 02, 03 e 04 de maio para discutir o assunto e obter sugestões que serão incluídas na proposta de política de saúde e segurança da empresa. Os empregados que desejam participar da elaboração da proposta podem enviar sua sugestão para o email jornalismo@sinergia.org.br ou conversar diretamente com o dirigente sindical da sua base.

ELETOBRAS \ ELETROSUL

Eletrobras lucra mais de R\$ 3 bilhões em 2011

No boletim Estratégia e Energia de 17 de abril, distribuído eletronicamente pela Eletrosul, na página 3, consta o pequeno artigo reproduzido ao lado: “A Eletrobras divulgou ontem que registrou um lucro líquido de R\$ 3,733 bilhões em 2011, 66,1% superior ao resultado do ano anterior. As demonstrações detalhadas da empresa, contudo, serão divulgadas após o encerramento dos negócios das bolsas de valores de hoje. Segundo a Eletrobras, o adiamento na liberação dos resultados completos decorreu em função da alteração da proposta de distribuição da remuneração aos acionistas, que foi elevada para 50% do lucro líquido ajustado do exercício.” Com resultados tão positivos, parece que a diretoria da Eletrosul aposta na incapacidade de mobilização dos trabalhadores. Está profundamente confiante que: o terror psicológico da apresentação da “crise”, as solicitações para que os trabalhadores não participassem do ato do dia 10 e outros boatos de corredor, são capazes de intimidar os empregados e mantê-los sentados em suas mesas trabalhando, abrindo mão da considerável fatia do bolo que eles mesmo produzem.

A diretoria da Eletrosul tem mostrado, pelos últimos atos de gestão, que aprendeu direitinho com os anos de chumbo da ditadura, a desrespeitar as entidades sindicais, descumprir acordo coletivo e fazer terrorismo com os trabalhadores. Tem se mostrado mister em tirar dos empregados(as) e acusá-los de custo alto, chegando ao ponto de afirmar, sem nenhum constrangimento, que o gasto com pessoal pode comprometer os resultados da empresa. Tem promovido práticas anti-sindicais bem ao estilo da velha e atrasada direita. Tem aprendido a desfrutar do conforto dos jatinhos e coquetéis, enquanto prega austeridade para quem “mete a mão na massa” e tenta intimidar os empregados(as) com sua truculência e arbitrariedade; uma vez que as atividades sindicais estão garantidas pela constituição brasileira.

Aos trabalhadores que na última data base desejavam fazer uma greve por tempo indeterminado, ou pelo menos acreditavam que deveriam experimentar a capacidade de enfrentamento, este ano parece que há motivos de sobra para a mobilização. Porém, é necessário, antes de tudo, que os empregados e empregadas suplantem o medo e se rebelem, pois não faltarão “cargos de cão-fiança” da diretoria a dizer que os trabalhadores não estão autorizados a se mobilizar.

CELESC

Rodeio atrasa ainda mais ligações novas em Joinville

As seguidas decisões equivocadas na gestão dos serviços de ligação nova parecem não ter fim na Agência Regional de Joinville. Originadas pelas barreiras que surgiram com o corte no orçamento da Diretoria Comercial e a decisão de mandar parar as ligações novas efetuadas por equipes terceirizadas em todo o estado, o atraso na execução das ligações novas na regional trouxe prejuízos à imagem da empresa junto a população, aos indicadores do contrato de resultado e consequentemente a PLR dos celesquianos e expôs os trabalhadores à jornadas excessivas, aumentando a possibilidade de acidentes de trabalho e doenças laborais. Os vários desencontros e atrasos no aditamento do contrato de Ligações Novas, Corte e Religação com a empreiteira agravaram o problema, enchendo as lojas de atendimento, sem dar aos trabalhadores condições para atender às demandas da maior cidade de Santa Catarina.

Com o acúmulo dos serviços a serem realizados, a Administração Regional resolveu regularizar essa situação caótica com a realização de um mutirão para auxiliar os trabalhadores da Supervisão Técnica Comercial (que desde o começo tem suado a camisa para atender uma demanda de serviços muito maior do que a quantidade de pessoal para executá-los). Por incrível que pareça, os trabalhadores de diversos setores da empresa, que haviam sido organizados no mutirão foram retirados após 2 dias de trabalho para fazer o treinamento do Rodeio de Eletricistas que acontecerá em Joinville, deixando mais uma vez os trabalhadores do SPTC abandonados e a sociedade sem atendimento. Os sindicatos que compõem a Intercel se manifestaram contrários à forma e o momento da realização do Rodeio, por considerar que o evento não dialóga de maneira coerente com a finalidade pela qual está sendo “vendido”: ser o promotor da padronização do treinamento e dos aspectos relativos a saúde e segurança do trabalhador. Infelizmente, o que acontece em Joinville é ainda mais grave. Será que seria impossível adiar a realização do rodeio? Será que o mundo iria acabar se o rodeio não acontecesse em abril? É lamentável que o foco da administração pública, que deveria ser o bom atendimento a população catarinense seja desviado para atender interesses secundários, como a auto promoção e o marketing dos idealizadores.

A automação da Operação das instalações e as consequências para o setor elétrico

Foi realizado, no dia 10/04, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, em Florianópolis, o 6º Encontro Nacional de Operadores (ENOP) reunindo representantes de todas as regiões do país. O tema do evento foi a automação da Operação, e foi escolhido muito em função da nova política de operação em implantação pela Eletrosul, que hoje repercute nacionalmente.

Da mesa de abertura participaram os dirigentes sindicais Mario Jorge Maia representando o Sinergia, Wanderlei Lenartowicz representando a Intersul, Izoel Ribeiro representando a APOUS e Fernando Pereira representando a FNU, além dos deputados estaduais Luciane Carminatti, Neodi Saretta e Dirceu Dresch.

No primeiro painel que teve o tema "A visão do Operador Nacional do Sistema e dos trabalhadores sobre a operação telecontrolada das subestações e usinas integrantes do SIN, contou com a presença do Diretor Geral da ONS Hermes Chipps, do Presidente da FNU Frankilin Moreira Gonçalves e do Diretor do Sinergia e Coordenador da Intersul Sergio Fonseca.

Hermes Chipps em sua manifestação descreveu os Procedimentos de Rede a serem observados pelos agentes para operação teleassistidas, salientando a importância do cumprimento das normas para a segurança do sistema. Informou que esses procedimen-

tos estão em estudo de revisão pelo ONS para serem encaminhados para aprovação pela ANEEL, e que esta revisão busca criar critérios mais rígidos para garantir uma maior segurança para operação do sistema. Salientou que não pode se buscar redução de custos a qualquer preço, tem que haver um equilíbrio entre segurança do sistema e custo. A teleassistência falha, então tem que se garantir as instalações estratégicas, não tem como justificar falta de energia para uma Porto Alegre, uma Florianópolis ou uma Curitiba, salientou. Outro aspecto abordado pelo Diretor foi o custo para o país de um blecaute, informando que ocorreu em fevereiro/2010 e atingiu a região nordeste causando um prejuízo da ordem de 700 milhões.

O Presidente da FNU Frankilin Gonçalves demonstrou a sua preocupação com a precarização que vem ocorrendo no setor elétrico brasileiro, onde as empresas estão diminuindo os seus custos a qualquer preço. Frisou também a sobrecarga de trabalho sobre os trabalhadores que tem afetado a saúde e segurança, e que é inadmissível uma empresa pública como a Eletrosul fazer o que está fazendo com a sua nova política de operação, que vem sendo questionada em várias instâncias, e que foi objeto de Notificação Recomendatória do Ministério Público do Trabalho, que além das questões humanas envolvidas

aponta também para os riscos para o abastecimento de energia elétrica.

O Representante da Intersul Sergio Fonseca falou sobre os vários descumprimentos dos Procedimentos de Rede que as empresas estão praticando, citando várias ocorrências de desligamento do sistema. Entre estas destacou a ocorrida na Subestação de Passo Fundo (da Eletrosul) que ocasionou um blecaute em 30 cidades do Rio Grande do Sul, deixando a população às escuras por mais de três horas. Alertou ainda para a importância da atuação da ONS e ANEEL, órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e fiscalização desses procedimentos.

No segundo painel foi feito um levantamento da situação operacional das principais empresas do setor elétrico, constatando-se que entre as empresas do grupo Eletrobras, a Eletrosul é a única com uma política tão agressiva de teleassistência. Também foram feitos os seguintes encaminhamentos: Criação de um grupo de trabalho com coordenação da FNU para acompanhamento e estudo da teleassistência nas empresas; viabilização da realização de um estudo pelo DIEESE sobre o impacto a economia brasileira dos desligamentos do sistema; e proposição de audiência pública na Comissão de Minas Energia da Câmara Federal.

CULTURA

1º de Maio dia de reflexão e luta!

Este 1º de maio, 2012, tem um traço especial para todos nós que lutamos contra a

exploração e opressão. Traz a marca da resistência que sai às ruas na Europa, no Norte da África e Oriente Médio ou na América por direito à vida, ao trabalho e ao lazer, à escola e à saúde, cultura, liberdade de organização e de expressão, pela prorrogação das concessões, contra a corrupção, etc.

A classe trabalhadora tem que tomar a iniciativa, e é fundamental que comece o quanto antes. Seja em qualquer lugar, por exemplo, participando das lutas coletivas, das manifestações, de atos em geral, fazendo denúncias contra todos os atos de abusos. Nosso grito de classe tem que soar forte e levante alto as bandeiras e reivindicações populares.

Contra a política econômica que apenas em 2011 retirou das políticas públicas R\$ 240 bilhões e destinou para o pagamento de juros aos banqueiros; contra a mudança do Código Florestal que permitirá uma escalada da destruição ambiental no Brasil; em defesa da reforma agrária, dos direitos dos atingidos por Barragens, contra as altas tarifas e impostos que corroem os salários, da moradia popular, lutar pelo cumprimento do investimento de 10% do PIB na educação pública, pelo fim do fator previdenciário e acesso pleno à aposentadoria, por melhores condições de trabalho e salário, contra a precarização e terceirização do trabalho, contra as mortes e adoecimento no trabalho, só assim resgataremos o sentido histórico do 1º de Maio como Dia de luta da classe dos que vivem do trabalho.

Meu Maio

*A todos
Que saíram às ruas
De corpo-máquina cansado,
A todos
Que imploram feriado
Às costas que a terra extenua -
Primeiro de Maio!
Meu mundo, em primaveras,
Derrete a neve com sol gaio.
Sou operário -
Este é o meu maio!
Sou camponês - Este é o meu mês.
Sou ferro -
Eis o maio que eu quero!
Sou terra -
O maio é minha era!*

Vladimir Maiakovski

